

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.054 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 17 DE MARÇO DE 2000



Antonio Carlos Magalhães recebe o presidente Fernando Henrique em sua chegada ao Congresso. Os dois destacaram o legado de Luís Eduardo Magalhães

## FHC E ACM PREGAM UNIÃO PARA CONCLUIR AS REFORMAS

PÁGINA 3

## Subcomissão do Cinema busca saídas para captar recursos

Reunião de ontem contou com a presença de diretores e produtores do audiovisual brasileiro para um debate de quatro horas com os senadores.

PÁGINA 7

# Comissão de Orçamento pode aumentar investimentos do governo em R\$ 4,9 bi

Previsão inicial de R\$ 6,7 bilhões pode ter crescimento de 71%, se aprovada correção da estimativa de receitas tributárias feita pelo relator-geral. Alteração não afeta a meta de superávit primário de 2,6% do PIB

Diretor do BC (ao microfone), ao lado dos senadores Ney Suassuna e Bello Parga

CAE



## BC quer suspender as antecipações de ICMS

O Banco Central vai recomendar às secretarias estaduais de Fazenda que interrompam as negociações de contratos de antecipações de receitas, em especial de ICMS. Foi o que informou o diretor de Finanças Públicas do BC, Carlos Eduardo de Freitas, em audiência pública ontem na Comissão de Assuntos Econômicos.

PÁGINA 4

A previsão de receitas tributárias do governo foi corrigida em 3,29% no parecer apresentado ontem pelo relator-geral do Orçamento da União, deputado Carlos Melles. Com isso, os in-

vestimentos federais poderão ter um aumento de 71% em relação à previsão inicial do governo, passando de R\$ 6,7 bilhões para R\$ 11,6 bilhões, um crescimento de R\$ 4,9 bilhões.

PÁGINA 2

	Proposta do governo		Substitutivo do relator		Diferença
	Valor (A)	% PIB	Valor (B)	% PIB	Valor (B-A)
RECEITA TOTAL	229.216	21,34	236.775	21,00	7.559
DESPESA TOTAL	200.753	18,69	207.456	18,40	6.703

Comissão de Orçamento começará a discutir o relatório final na terça-feira



# Comissão deve aumentar investimentos

Previsão inicial do governo, de R\$ 6,7 bilhões, terá um acréscimo de R\$ 4,9 bilhões, conforme relatório do Orçamento, que começa a ser discutido na próxima terça-feira

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, presidida pelo senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), recebeu ontem o parecer apresentado pelo relator-geral do Orçamento da União para este ano, deputado Carlos Melles (PFL-MG). O documento corrige a previsão de receitas tributárias do governo em 3,29%. Com a reavaliação, prevê-se que União deverá ter uma receita não-financeira neste ano de R\$ 236,77 bilhões, enquanto as despesas somarão R\$ 207,45 bilhões. Os investimentos federais terão um aumento de 71% em relação à previsão inicial do governo – passando de R\$ 6,7 bilhões para R\$ 11,6 bilhões, um crescimento de R\$ 4,9 bilhões.

As mudanças não mexem na previsão do governo de apresentar neste ano um superávit primário (não inclui gastos com juros e rolagem da dívida pública) de 2,6% do PIB. Assim, haverá um superávit de R\$ 28,5 bilhões nas contas federais deste ano. Cumprindo decisão do plenário da Comissão de Orçamentos, o relator-geral impede que fundos, autarquias e fundações federais gastem dinheiro com a compra de títulos da dívida pública, como queria o governo.

Ao explicar as alterações, Melles argumenta que o governo não considerou, entre outras coisas, o aumento da inflação no segundo semestre do ano passado, que sempre provoca cresci-

mento de arrecadação. Ele assinala que, caso não houvesse a reavaliação, “o Orçamento seria uma peça irrealista”, com o governo pedindo créditos suplementares no decorrer do ano, beneficiando “projetos pulverizados, sem uma análise conjunta e articulada” da sua importância. No ano passado, lembrou, o governo pediu ao Congresso créditos adicionais de R\$ 14,6 bilhões.

Os parlamentares da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização foram convocados para discutir o relatório final a partir das 17h da próxima terça-feira. O presidente da comissão, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), quer votar o relatório ainda na semana que vem, permitindo que o projeto seja apreciado pelo Plenário do Congresso na semana seguinte.

O relator-geral aceitou emendas dos deputados e senadores que beneficiam milhares de obras espalhadas por todo o país, somando gastos de R\$ 5,1 bilhões. A área de transportes foi uma das mais beneficiadas, recebendo a mais cerca de R\$ 1 bilhão, sendo aproximadamente R\$ 780 milhões só para rodovias.

– Preservamos ou aumentamos as dotações da área social, conscientes das carências e dos reclamos da população. Ampliamos os recursos destinados à saúde, à educação e à agricultura – afirma o deputado Carlos Melles no relatório final.

## Governo amortizará R\$ 55 bilhões

O projeto do Orçamento deste ano prevê que o governo gastará R\$ 55 bilhões no pagamento de amortizações de sua dívida. O dinheiro sairá principalmente do Tesouro (R\$ 21,6 bilhões) e da venda de empresas estatais (R\$20,3 bilhões), conforme o relatório-geral apresentado ontem.

O documento registra críticas feitas pelos congressistas ao aumento da dívida pública líquida (desconta dívidas a receber) nos últimos anos – de R\$ 57 bilhões em junho de 94 para R\$ 302 bilhões em junho do ano passado. Carlos Melles afirma, no entanto, que o governo está correto ao procurar amortizar ao máximo sua dívida, o que levará a uma redução dos juros no país e ao aumento do prazo de resgate dos títulos.

De acordo com o projeto orçamentário, o estoque da dívida pública do Tesouro Nacional chegará ao final deste ano em R\$ 553,7 bilhões, sendo R\$ 440,2 bilhões no mercado interno e R\$ 113,5 bilhões no exterior. A dívida interna em títulos estará em dezembro próximo em R\$ 411,8 bilhões, mas nem tudo estará no mercado – uma parte deverá estar nas mãos do Banco Central.

O gasto bruto do governo federal com o pagamento de juros ficará neste ano em R\$ 78,1 bilhões, conforme a previsão orçamentária. Descontados os juros que a União receberá de empréstimos concedidos, o gasto líquido cairá para R\$ 25,8 bilhões, um valor muito abaixo dos pagamentos do ano passado, que chegaram a R\$ 73,3 bilhões.



Edison Lobão, ao lado do presidente da Comissão de Orçamento, Gilberto Mestrinho, relatou as contas do governo relativas a 1997

## Contas do Executivo são aprovadas

As contas do presidente Fernando Henrique Cardoso relativas ao ano de 1997 foram a aprovadas ontem pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional. Os parlamentares acataram o parecer favorável do relator da matéria, senador Edison Lobão (PFL-MA), que se baseou na análise feita pelo Tribunal de Contas da União, recomendando a aprovação. A matéria será votada em sessão do Congresso.

No relatório, Lobão destacou o crescimento dos investimentos, em relação a 1996, nas áreas de agricultura, ciência e tecnologia, comunicações, indústria e comércio exterior, geração de emprego e previdência social. Ele lembrou, porém, que algumas empresas estatais continuam gastando mais do que é repassado e que os recursos para a saúde não são

bem empregados, principalmente a verba destinada ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Durante a discussão do parecer, o deputado Giovanni Queiroz (PDT-PA) disse que havia inúmeras irregularidades nas contas do governo, como a liberação da verba para construção do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo, e que não existe empenho em cobrar a dívida ativa que diversas empresas têm com o governo. Por esses motivos, Queiroz anunciou que votava contra o relatório.

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) disse haver contradições nas contas do governo e também solicitou a sua reprovação, votando contra a matéria. O relatório do senador Edison Lobão acabou aprovado pela comissão, com votos contrários do PT e PDT, na Câmara, e do senador Antonio Carlos Valadares.

## Melo recebe hoje presidente da Bolívia

O presidente da Bolívia, Hugo Banzer Suarez, faz hoje, às 10h30, uma visita de cortesia ao primeiro vice-presidente do Senado, Geraldo Melo (PSDB-RN). O encontro será o penúltimo compromisso de Banzer em sua permanência de dois dias em Brasília. O presidente boliviano oferecerá ainda, às 12h30, uma recepção em homenagem ao presidente Fernando Henrique Cardoso, antes de embarcar de volta a La Paz.

Durante sua visita ao país, Banzer e Fernando Henrique assinaram um acor-

do que prevê a duplicação do gasoduto Brasil-Bolívia, entre outros atos.



## AGENDA

SEXTA-FEIRA, 17 DE MARÇO DE 2000

### PLENÁRIO

9h – Sessão não deliberativa

### ESPECIAL

10h30 – O senador Geraldo Melo recebe o presidente da Bolívia, Hugo Banzer Suarez.

### PREVISÃO

Segunda-feira

14h30 – Sessão não deliberativa

Terça-feira

14h30 – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PDLs nºs 164/99 e 297/99, que tratam de concessões de emissoras de rádio; PR nº 13/2000, que autoriza a União a realizar operações financeiras de que trata o Contrato de Reestruturação de Débitos da República de Cabo Verde com o Brasil, no valor de US\$ 7,2 milhões; Requerimento nº 98/2000, do senador Sebastião Rocha, solicitando a retirada do PLS nº 41/2000, de sua autoria; e Requerimento nº 101/2000, do senador Pedro Simon, solicitando a tramitação conjunta do PLC nº 65/99 com o PLS nº 536/99, por regularem a mesma matéria.

Quarta-feira

14h30 – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PDLs nºs 228/99 e 230/99, que tratam de concessões de emissoras de rádio; PLS nº 464/99, dá nova redação aos parágrafos 1º e 2º do art. 2º da Lei Complementar nº 91/97, que dispõe sobre a fixação dos coeficientes de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios; Parecer nº 143/2000, sobre a Mensagem nº 73/2000 (escolha de autoridade); e Parecer nº 144/2000, sobre a Mensagem nº 74/2000 (escolha de autoridade).

### COMISSÕES

Terça-feira

10h – Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Audiência pública destinada a instruir o PLC nº 4/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com a presença do ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, e do secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Amaury Bier. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 19

15h – Comissão Mista destinada a examinar a MP nº 1.972-11, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante no Ensino Superior.

Pauta: Audiência pública. Ala Senador Nilo Coelho – Sala 2

17h – Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Apreciação da indicação de Teresa Cristina Grossi Togni para exercer o cargo de diretora do Banco Central. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 19

Quarta-feira

9h – Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Diversas matérias, entre as quais os PLSs nºs 188, 216 e 422, de 1999 (decisão terminativa), que tratam de produtos contendo organismo geneticamente modificado. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 9

10h – Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Audiência pública com a presença do prefeito Celso Pitta, destinada a instruir o contrato de refinanciamento da dívida da prefeitura de São Paulo com a União. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 19  
Após a Ordem do Dia – Comissão de Assuntos Sociais  
Pauta: Audiência pública destinada a instruir o PLS nº 449/99, que altera o art. 43 da Lei nº 8.080/90 (Lei Orgânica da Saúde), possibilitando aos hospitais universitários captar recursos provenientes de internações hospitalares. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 9

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães  
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade  
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
2º Secretário: Carlos Patrocínio  
3º Secretário: Nabor Júnior  
4º Secretário: Casildo Maldaner  
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho  
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211  
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150  
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327  
Editor-Chefe: Edson de Almeida  
Editores: Djalba Lima, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Morais  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo  
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# FHC e ACM pregam união para avançar nas reformas

Presidentes da República e do Senado encontram-se para entrega de prêmio em concurso de monografias e propõem unidade da base política do governo para continuar mudanças, em homenagem à memória de Luís Eduardo Magalhães



Antonio Carlos mostra fotos de Luís Eduardo a Marco Maciel, Fernando Henrique e Inocêncio de Oliveira

## Senado apreciou 14 matérias nesta semana

A emenda constitucional que institui a Desvinculação de Receitas da União (DRU) é uma das 14 matérias aprovadas pelo Plenário do Senado nesta semana. A medida desvincula de qualquer despesa previamente fixada 20% da arrecadação de todos os impostos e contribuições recebidos pela União, exceto a contribuição social do salário-educação.

O Plenário decidiu, ainda, autorizar sete pedidos de renovação de concessões de rádios, uma operação de crédito externo, no valor de 6,8 bilhões de reais, para a modernização dos Correios, e três acordos internacionais: dois com o Equador e o Peru, referentes a operações de observadores militares, e o terceiro com a Polônia, sobre isenção de vistos. Foi aprovada a indicação de Ariel Rocha de Cunto para exercer o cargo de diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou propostas tornando gratuito o teste de DNA para identificação de paternidade e incluindo seis municípios de Minas Gerais na região do Entorno de Brasília.

Já a Comissão de Assuntos Sociais aprovou a realização de seminário sobre recursos hídricos no Brasil e de audiência pública para ouvir o ministro

da Saúde, José Serra, sobre doenças endêmicas e preços dos medicamentos.

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou parecer favorável a projetos garantindo ao empregado a escolha do banco em que receberá o salário, e unificando as alíquotas do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos (Simples), além de ter realizado audiências públicas para ouvir o ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, e o governador de Santa Catarina, Esperidião Amin, que falou sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal.

A CAE programou outra reunião para a semana que vem, quando deverá ser discutida a antecipação de receitas do ICMS pelos estados. O prefeito Celso Pitta será convocado para prestar esclarecimentos sobre a rolagem da dívida da prefeitura de São Paulo.

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) promoveu, em conjunto com a CAE, audiência pública sobre a abertura do mercado nacional às empresas aéreas estrangeiras. Para apurar denúncia relativa ao processo de fusão das cervejarias Brahma e Antarctica, a Comissão de Fiscalização e Controle realizou audiência pública na qual foram ouvidos o presidente do Cade, Gesner Oliveira, e a conselheira Hebe Romano.

## Aprovada doação para entidade de ajuda a cegos

O Plenário do Senado aprovou ontem projeto do Executivo doando à Sociedade de Assistência aos Cegos de Fortaleza o imóvel localizado à Rua Bezerra de Menezes, nº 892, no bairro do Alagadiço. A entidade funciona nesse endereço há mais de 56 anos e possui apenas o usufruto do imóvel.

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), relator da matéria, ressaltou em seu parecer que a Sociedade de Assistência aos Cegos de Fortaleza, além de deter, de forma lícita, o usufruto do imóvel a ser doado, tem nele edificada a sua sede e presta relevantes serviços nas áreas de saúde e de assistência social.

“A doação do imóvel constitui medida de inteira justiça”, afirmou Lúcio Alcântara, acrescentando que a entidade promoveu várias benfeitorias no local destinadas a melhor atender os beneficiários. A regularização do imóvel, segundo o senador, dará tranquilidade à instituição para a continuidade dos seus trabalhos.

O Plenário também aprovou a renovação das concessões das rádios Caci-que de Sorocaba e Difusora de Ituiutaba, além de requerimento de autoria da senadora Heloísa Helena (PT-AL) solicitando que seja ouvida a Comissão de Assuntos Sociais no exame do projeto de lei da Câmara que cria a Agência Nacional de Águas (ANA).

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e o presidente Fernando Henrique Cardoso defenderam ontem a unidade política e o avanço nas reformas modernizadoras do país, como símbolo do trabalho desenvolvido pelo ex-presidente da Câmara, Luís Eduardo Magalhães, na sua vida pública. Eles participaram, no Auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados, da cerimônia de entrega dos prêmios aos vencedores da segunda edição do concurso de monografias que leva o nome do ex-deputado.

Promoção do Instituto Tancredo Neves, órgão de estudos do Partido da Frente Liberal (PFL), o evento reuniu, ao lado de Fernando Henrique e Antonio Carlos, senadores e deputados, governadores, ministros e prefeitos, juntamente com o vice-presidente da República, Marco Maciel, e o deputado Michel Temer, presidente da Câmara. O filho do ex-deputado, Luís Eduardo Magalhães Filho, veio de Salvador para participar da solenidade, ao lado do avô.

O presidente da República recordou sua convivência com Luís Eduardo, desde a época da Constituinte até a condução do ciclo de reformas políticas e econômicas que promoveu em seu primeiro mandato como chefe do governo. Reafirmou o grande apreço pessoal, a admiração pelo político e suas idéias, acima das divergências que também tiveram. Ele concluiu fazendo novo apelo à uni-

dade das forças políticas que dão sustentação a seu governo e seu programa, lembrando mensagem deixada pelo ex-presidente Tancredo Neves: “Não vamos nos dispersar”.

Antonio Carlos Magalhães recordou a lealdade de Luís Eduardo ao presidente Fernando Henrique e o gosto que o filho tinha naquela convivência, apontando esse traço como a coisa mais importante de sua vida hoje e convidando a todos a saudá-lo no seu aniversário de nascimento — “hoje faria 45 anos” — e não por sua morte, “pois ele continua vivo no coração de todos”.

O senador destacou sua admiração e respeito pela figura do presidente da República, por seu comportamento e forma de tratar os problemas nacionais, embora tenham “estilos diferentes”. Ele ressaltou que isso não significa que não possam ter divergências, para através delas, se possível, convergir e, mesmo que não haja convergências, ainda assim lutarem pelo bem comum do país. “Este é o propósito de V. Ex<sup>a</sup> e é também nosso propósito”, afirmou.

Antonio Carlos criticou “os que não são afeitos à democracia e não compreendem essa situação”, fazendo o elogio público da compreensão do presidente. Ele destacou o apreço de seu partido e o seu pessoal por Fernando Henrique, afirmando que “as vozes podem até parecer dissonantes, mas elas sempre se encontrarão”.



Eduardo Suplicy, Luís Eduardo Magalhães Filho, Iris Rezende, José Roberto Arruda, Antonio Carlos e Geraldo Brindeiro chegam para a solenidade

## Para senador, resultados das mudanças vão crescer

Durante a cerimônia de entrega dos prêmios de monografia concedidos pelo Instituto Tancredo Neves, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, lembrou que as reformas idealizadas por Fernando Henrique foram construídas graças à pertinácia do ex-presidente da Câmara, Luís Eduardo Magalhães. Ele previu que os resultados dessas reformas, que já começam a aparecer pelo país, deverão crescer nos próximos anos. O senador garantiu que o trabalho em prol das reformas modernizadoras do país continuará.

A solenidade de entrega do Prêmio Luís Eduardo Magalhães foi presidida inicialmente pelo deputado Vilmar

Rocha, presidente do Instituto Tancredo Neves, que após sua intervenção passou a condução do evento ao senador Jorge Bornhausen (SC), presidente nacional do PFL. Três estudantes universitários tiveram seus trabalhos premiados.

O senador Jorge Bornhausen entregou o terceiro prêmio a Júlio César Remo, de Santa Catarina. O filho de Luís Eduardo, Luís Eduardo Magalhães Filho, entregou o segundo prêmio a Rodrigo Cintra, que faz pós-graduação na Universidade de São Paulo. E o presidente Fernando Henrique Cardoso agraciou o estudante Marcelo Medeiros, de Brasília, que ficou com o primeiro lugar.

### Matérias aprovadas pelo Senado

(De 13 a 16 de março de 2000)

Projeto aprovado e enviado à sanção	1
Projetos aprovados e enviados à promulgação	11
Indicação de autoridade	1
Emenda constitucional aprovada	1
<b>Total de matérias aprovadas</b>	<b>14</b>

Fonte: Secretaria Geral da Mesa do Senado Federal

# BC quer suspender contratos de antecipação de ICMS

Diretor do Banco Central suspeita que operações sejam “um gênero modificado” de Antecipação de Receita Orçamentária (ARO) e acha que ao Senado caberá decidir sobre a legalidade dos procedimentos

O diretor de Finanças Públicas e Regimes Especiais do Banco Central, Carlos Eduardo de Freitas, afirmou, em audiência pública realizada na Comissão de Assuntos Econômicos, que vai encaminhar hoje ofícios aos secretários de Fazenda de todos os estados orientando para que sejam suspensas as negociações de contratos de antecipação de receitas, principalmente de ICMS, que estejam em andamento. Sua decisão decorreu de sugestão do senador Osmar Dias (PSDB-PR). A audiência foi presidida pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB).

Carlos Eduardo informou que o banco não tem uma posição definida sobre a natureza de tais operações, pois sequer tinha conhecimento da existência das antecipações, o que ocorreu por meio da imprensa no começo deste mês. Ele contou que o BC está de posse de três contratos firmados pelos estados do Paraná, Mato Grosso do Sul e Pernambuco com a Petrobras e que somam R\$ 260 milhões. Além disso, informou o diretor, o BC também vai receber do presidente daquela empresa, Henri Philippe Reichstul, relatório sobre as operações para que seja entregue o parecer final ao presidente da instituição, Armínio Fraga, o que deve ocorrer no próximo dia 27.

— Os economistas e juristas do BC estão analisando essas antecipações que, a princípio, não parecem ser ilícitas ou veladas. Resta saber se, por caracterizarem-se, aparentemente, como operações de crédito, não precisariam passar pelo crivo do Banco Central. Tudo indica que seja um gênero modificado de Antecipação de Receita Orçamentária (ARO) e ao Senado caberá, na forma legal, decidir sobre a legalidade dos procedimentos — afirmou o diretor.

## OPERAÇÃO ANTIGA

Carlos Eduardo de Freitas reconheceu, no entanto, que esse tipo de operação é descrito como antigo e corriqueiro pelos secretários de Fazenda dos estados. Também contou, após questionamento do senador Jefferson Péres (PDT-AM), que o ministro de Minas e Energia, Rodolpho Tourinho, tomou conhecimento das operações através de comunicação feita pelo presidente da Petrobras.

O senador Osmar Dias, um dos autores do requerimento para realização da reunião, disse que está preocupado com o risco de as antecipações agravarem o desequilíbrio das finanças públicas e comprometerem as receitas futuras dos estados, como ele considera esteja ocorrendo no Paraná. Também o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) refutou o argumento que as operações estejam sendo feitas por uma questão de hábito. “A existência de irregularidades não gera jurisprudência”, sintetizou.



Na mesa da CAE, os senadores Bello Parga e Ney Suassuna ouvem as explicações do diretor do BC, Carlos Eduardo de Freitas (ao microfone), sobre as operações de antecipação de ICMS

## Prefeito Celso Pitta irá à CAE na quarta-feira

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), comunicou que já está agendada para a próxima quarta-feira, às 10 horas, audiência pública com o prefeito de São Paulo, Celso Pitta. Ele prestará esclarecimentos sobre o contrato de refinanciamento de dívida pública, celebrado entre a União e o município de São Paulo. A data anteriormente acertada havia sido quinta-feira, mas o prefeito, através de ofício encaminhado à comissão, informou que tem audiência judicial na Vara de Família de São Paulo nesse dia.

Suassuna informou que a CAE fará, também na semana que vem, outra audiência, às 10 horas de terça-feira, com o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, e com o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Amaury Bier. A reunião destina-se a subsidiar os senadores na decisão sobre projeto de Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nesse mesmo dia, às 17 horas, a comissão fará reunião para sabatar a candidata ao cargo de diretora de Fiscalização do Banco Central, Teresa Grossi. Ela foi indicada para o cargo em mensagem do presidente da República encaminhada ao Senado Federal.

## Eduardo Siqueira Campos cobra definição do papel da Agência Nacional de Águas

A Agência Nacional de Águas (ANA) deve ter definidas claramente suas funções como órgão regulador e articulador de iniciativas ou instituições que tenham atuação sobre recursos hídricos, defendeu o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO). Somente com a adoção de alguns princípios básicos, entende ele, a ANA poderá efetivamente realizar os seus objetivos.

— É necessário que a proposta de criação da agência incorpore princípios de competência técnica, de representação regional, de compatibilidade com outras normas e a legislação referentes às águas e meio am-



Eduardo: o destino das águas é questão estratégica

biente e de participação dos estados ou das regiões fornecedoras de recursos hídricos nos royalties obtidos pelos seus usuários — enumerou o senador.

Eduardo disse que o projeto de transposição das águas do rio São Francisco, em estudo pelo governo, ou da bacia do Tocantins, conforme sugerem alguns técnicos, não deve ser implementado antes que todas as decisões referentes à criação da Agência Nacional de Águas estejam tomadas. “Dessa forma, a questão deixará de refletir apenas embates de interesses regionais ou setoriais, ainda que legítimos, para revestir-se do

caráter estratégico que realmente tem”, explicou.

Para ressaltar a importância da estruturação da ANA, o senador apresentou dados de relatórios recentes da ONU sobre o uso dos recursos hídricos no mundo, segundo os quais cerca de 500 milhões de habitantes do planeta sofrem com a escassez de água.

— Por paradoxal que pareça, parcela dessa população vive no Brasil, detentor das maiores reservas de recursos hídricos do planeta — observou.

Esta constatação serve, na opinião de Eduardo Siqueira Campos, de alerta para a degradação que os recursos hídricos vêm sofrendo e para a necessidade de políticas públicas que freiem este processo.

## Conselho de Ética recebe defesa de Estevão

O senador Luiz Estevão (PMDB-DF) encaminhou ao presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), dossiê contendo sua defesa diante das acusações de quebra de decoro. Tebet enviou o documento ao relator do caso, senador Jefferson Péres (PDT-AM).

O processo no conselho foi aberto com base em representação apresentada por partidos de oposição, que acusam Estevão de envolvimento em supostas irregularidades na construção do prédio do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo. O caso foi investigado pela CPI do Judiciário.

A partir do recebimento da defesa, o relator vai examinar as justificativas de Estevão, tendo prazo de cinco sessões ordinárias do Senado para apresentar seu parecer ao conselho. Posteriormente, os senadores do Conselho de Ética vão examinar, discutir e votar o parecer, decidindo, também, se será necessário ou não o envio da matéria ao Plenário.



Luiz Estevão encaminhou defesa a Ramez Tebet

## Tebet apóia esforço da Funai em conhecer a realidade indígena

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) disse ser chegado o momento de a Fundação Nacional do Índio (Funai) conhecer de perto a realidade dos povos indígenas nos estados brasileiros, para solucionar os graves problemas enfrentados pelos índios. “Tem muito teórico ocupando cargos na Funai, como estudiosos e antropólogos, que não conhecem a realidade dos índios”, afirmou o senador.

Ramez Tebet fez essas considerações ao ouvir do presidente da

Funai, Carlos Frederico Marés, que a direção da entidade irá aos estados para tentar resolver problemas que se arrastam por vários anos. O primeiro estado a receber a visita da “gestão itinerante” da Funai será Mato Grosso do Sul. Marés foi ao gabinete do senador para comunicá-lo pessoalmente que o projeto começaria por seu estado.

O objetivo da iniciativa é ouvir as tribos, lideranças e entidades ligadas à causa indígena para encontrar saídas concretas para os pro-

blemas. O senador ressaltou a importância da visita da direção e técnicos da Funai aos estados, lembrando que Mato Grosso do Sul, por exemplo, que conta com a segunda população indígena do país — cerca de 55 mil índios — enfrenta graves problemas fundiários. Em razão desses problemas, foram registrados vários casos de suicídio nas aldeias indígenas.



Tebet foi informado em seu gabinete da ação da Funai



# Simon elogia CPIs e pede investigação dos corruptores

Senador atribui ao Judiciário e ao Executivo a culpa maior pela impunidade dos responsáveis por irregularidades

A maior culpa pela impunidade dos corruptos e pelos desmandos administrativos é dos poderes Judiciário e Executivo, na opinião do senador Pedro Simon (PMDB-RS), que fez ontem discurso em Plenário defendendo a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) dos corruptores. Para ele, o Legislativo, ainda que ocasionalmente ceda a pressões do governo, é o Poder que melhor tem cumprido o seu papel.

Simon lamentou que há cinco anos tente sem sucesso instalar a CPI dos corruptores. A primeira resistência, relatou, surgiu do presidente Fernando Henrique. Depois de tentar a criação de uma comissão mista, sendo derrotado pela bancada do governo na Câmara, Simon conseguiu número suficiente de assinaturas para seu requerimento no Senado, mas a iniciativa foi esvaziada pelos líderes do governo, que não indicaram os representantes do PSDB e do PFL. Ele apresentou recurso e a proposta parou na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, acrescentou.

— Se, como disse, o senador Antonio Carlos Magalhães é favorável a todas as CPIs, apelo para que consiga a solução dessa pendência na CCJ — disse Simon.

Para o senador, é injustiça da imprensa

atribuir ao Congresso a não punição das pessoas apontadas pelas CPIs como responsáveis por atos irregulares. Ele explicou que às comissões parlamentares de inquérito cabe investigar fatos e entregar os resultados ao Ministério Público. É esta instância do poder público que tem a prerrogativa de oferecer denúncia à Justiça. “E esta é que julga e manda prender os considerados culpados”, sustentou.

Simon citou como exemplo mais marcante de falha do Judiciário a frágil denúncia contra o ex-presidente Fernando Collor oferecida ao Supremo Tribunal Federal (STF) pela Procuradoria Geral da República, após a CPI do caso PC Farias. Por falta de provas, o STF absolveu Collor, mas, conforme Simon, poderia ter exigido da Procuradoria a reformulação do inquérito. Outro exemplo de falha do Judiciário seria o “engavetamento” do relatório da CPI dos Precatórios.



Para Simon, Legislativo é o Poder que melhor tem cumprido o seu papel

As recentes denúncias de Nicéa Camargo, ex-mulher do prefeito de São Paulo, Celso Pitta, foram comparadas pelo senador às declarações de Pedro Collor, irmão do ex-presidente, que motivaram a instalação da CPI do PC.

— Como naquela vez, o que importa não são os motivos do denunciante, mas as graves acusações — disse Simon, concordando com a proposta de instalação de uma CPI para investigar

as denúncias de Nicéa, feita pelo deputado Miro Teixeira (PDT-RJ) e defendida em aparte pelo senador Sebastião Rocha (PDT-AM).

Simon também criticou o Executivo, observando que retira espaço do Congresso ao governar quase exclusivamente com base em medidas provisórias. Disse concordar com a avaliação do senador Roberto Requião (PMDB-PR), que atribuiu ao presidente Fernando Henrique a responsabilidade pelos erros do governo.

## Impunidade é o que preocupa senadores

Em aparte ao pronunciamento do senador Pedro Simon defendendo a instalação de uma CPI dos corruptores, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) desculpou-se pela amizade entre Fernando Henrique e o senador gaúcho, antes de acusar o presidente de ser “o corruptor-mor da nação”.

Segundo Requião, FHC é quem impede que os investigados pelas CPIs sejam punidos, tendo se transformado em “pizzaiollo”, fazedor de pizzas — referência à ironia de que as CPIs terminam

“em pizza”. O senador citou como exemplos a permissão para que títulos lastreados em precatórios inexistentes sejam negociados no mercado e a indicação para a Diretoria de Fiscalização do Banco Central de Teresa Grossi, citada no relatório da CPI do Sistema Financeiro.

Simon também foi aparteado pelos senadores Casildo Maldaner (PMDB-SC), que considerou seu discurso “uma aula de civilidade”, e Lauro Campos (PT-DF), que pediu a presença em Brasília do grupo de procuradores e auditores da Re-

ceita Federal que está apurando com sucesso denúncias de sonegação no Rio Grande do Sul.

O senador José Alencar (PMDB-MG) considerou o Senado um Poder “sem poder” e sugeriu que uma saída para o Brasil seria a transformação da Casa em “CPI permanente”. Amir Lando (PMDB-RO), relator da CPI do PC, apoiou a tese de uma CPI para as denúncias de Nicéa Camargo e lembrou que “os ladrões do Brasil são sempre os mesmos, só mudam os figurantes”.

## Comissão dos Bingos deve concluir trabalhos em 30 dias

A comissão mista do Congresso Nacional encarregada de analisar a medida provisória que cria a taxa de funcionamento dos bingos vai concluir os trabalhos daqui a 30 dias, de acordo com informação do relator, senador Maguito Vilela (PMDB-GO). O objetivo da comissão, disse o senador, é apresentar o relatório final antes que expire o prazo de análise da MP pelo Congresso, previsto para meados de abril, evitando a reedição da medida.

A medida provisória em análise na comissão mista do Congresso Nacional fixa taxas entre R\$ 4 mil e R\$ 6 mil para o funcionamento dos bingos em todo o país e proíbe, entre outras coi-

sas, o controle de dois ou mais clubes esportivos por uma mesma empresa.

A reunião de ontem foi destinada à definição do cronograma final dos trabalhos da comissão. Até a apresentação do relatório final serão ouvidos dirigentes de federações de futebol, representantes dos sindicatos dos árbitros, dos treinadores e dos jogadores de futebol, além do jornalista esportivo Juca Kfourri.

A comissão vai ouvir Weber Magalhães, presidente da Confederação Metropolitana de Futebol (DF); Eduardo Viana, presidente da Confederação de Futebol do Rio de Janeiro; o judoca Aurélio Miguel; Elmer Ferreira, presi-



Maguito diz que objetivo é evitar reedição da MP

dente da Federação Mineira de Futebol, e Paulo Carneiro, presidente do Esporte Clube Vitória.

Na relação dos convidados para depor nas audiências públicas — num total de três, com início marcado para a próxima terça-feira, às 14 horas — estão também o presidente da Loterj, Daniel Homem de Carvalho; Florindo Testone, diretor da Loteria do Estado de Santa Catarina, e Márcio Tadeu Pereira, presidente da Loteria do Estado de Minas Gerais.

## Sebastião Rocha sugere criação de comissão mista para apurar denúncias

Ao anunciar que foi apresentado na Câmara dos Deputados requerimento propondo a criação de uma comissão parlamentar de inquérito com a finalidade de investigar os fatos contidos nas denúncias de Nicéa Camargo que possam configurar ilícitos penais na utilização de recursos públicos, o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) defendeu que

o Senado também aprove a iniciativa, para que seja instalada uma CPI mista visando investigar o assunto. Ele registrou que o requerimento de iniciativa do deputado federal Miro Teixeira (PDT-RJ) contou com o apoio dos líderes do PT, PSB, PC do B, PL e PV e disse que na próxima semana deverá começar a recolher assinaturas entre os senadores.

Rocha assegurou que, diferentemente do que foi comentado, nunca houve interesse de reabrir as investigações já feitas pela CPI dos Precatórios. Também rebateu as afirmações de que a proposta de Miro Teixeira de apurar na Câmara as denúncias de Nicéa Camargo teria como objetivo bloquear as investigações que a Justiça está fazendo a partir do relatório final da CPI que funcionou no Senado.

Para o senador pelo Amapá, várias denúncias feitas pela ex-primeira-dama de São Paulo justificam a criação da

CPI. Entre elas, citou a destinação dos recursos obtidos com a emissão dos títulos públicos em São Paulo para a campanha eleitoral do então candidato à prefeitura de São Paulo, Celso Pitta.

SUDAM

Outro assunto abordado por Sebastião Rocha foi o anúncio de um estudo que está fazendo com relação aos con-

vênios que a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) mantém com os estados da região Norte. Ele disse que o órgão está sendo injusto e discriminatório com os estados mais pobres, como o Amapá, ao repassar menos recursos. Em aparte, o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) defendeu critérios mais justos para os convênios da Sudam. Sobre a CPI, afirmou que o ideal seria

que a investigação ocorresse no âmbito da Câmara Municipal de São Paulo.

Sebastião Rocha fez também um apelo ao governador do Amapá, João Alberto Capiberibe, para que revogue o decreto de intervenção no município de Laranjal do Jari e possibilite que o vice-prefeito assuma a prefeitura. Explicou que o vice-prefeito foi inocentado das acusações tanto na Câmara Municipal quanto na Justiça, por isso deve ser reconduzido ao cargo, do qual foi afastado junto com o prefeito da cidade.



Rocha: “Não há interesse de reabrir as investigações da CPI dos Precatórios”

## Patrocínio defende nova legislação trabalhista

Compete ao Congresso Nacional dotar o país de uma nova legislação trabalhista, mais compatível com a realidade atual, defendeu ontem o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO). Ele ressaltou que o mundo está sendo sacudido pela internacionalização dos mercados e pela introdução de novas tecnologias, tornando necessária a redução de custos com o trabalho. “A legislação trabalhista no país permanece cristalizada nos moldes de quase seis décadas atrás”, afirmou.

Citando estudo da Confederação Nacional da Indústria (CNI) que aponta efeitos danosos na legislação trabalhista, o senador considera imprescindível a reforma para a criação de 12 milhões de novos empregos até 2010. De acordo com a pesquisa, de cada R\$ 100 pagos pelas empresas ao trabalhador, outros R\$ 102 são desembolsados com os chamados encargos sociais.

— É evidente o impacto negativo da



Patrocínio: legislação permanece nos moldes de quase seis décadas atrás

atual legislação trabalhista na geração e distribuição de riqueza. Não obstante seu caráter paternalista, ela acaba se voltando contra o próprio trabalhador, na medida em que não enseja melhoria da remuneração, constitui desestímulo ao surgimento de empresas, conduz milhares de outras ao desaparecimento ou à informalida-

de, em tudo contribuindo para reduzir a oferta de emprego — afirmou o senador, que mostrou quadro comparativo publicado pelo *Jornal do Senado*, no qual o salário mínimo no Brasil é indicado como um dos mais baixos do mundo.

Em aparte, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) disse que a profundidade do assunto merece a realização de um seminário no Senado. O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) pediu apoio às reformas que o presidente Fernando Henrique pretende fazer na legislação trabalhista.

# Indicação de Grossi causa polêmica

Roberto Requião e Eduardo Suplicy criticam nome escolhido pelo governo para ocupar a Diretoria de Fiscalização do Banco Central. José Roberto Arruda defende nomeação

A indicação da funcionária do Banco Central Teresa Grossi para ocupar a Diretoria de Fiscalização do órgão voltou a provocar polêmica ontem no Plenário do Senado. O senador Roberto Requião pediu que o nome da economista não seja submetido ao

exame do Plenário. Eduardo Suplicy disse que Teresa Grossi responde a duas ações judiciais. O líder do governo, José Roberto Arruda, ressaltou que nada ficou provado contra a indicada pelo presidente da República durante a CPI dos Bancos.

## Requião critica nome escolhido por FHC

Se a aprovação da indicação de Teresa Grossi para a Diretoria de Fiscalização do Banco Central for aprovada pelo Senado, será o fim da respeitabilidade da Casa, disse o senador Roberto Requião (PMDB-PR). Em discurso ontem no Plenário, Requião pediu que o presidente do Senado acolha questão de ordem do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) para não submeter o nome da economista ao Plenário.

O senador citou nota da coluna "Painel", do jornal *Folha de S. Paulo*, segundo a qual a indicação é uma operação de risco. Conforme a coluna, citada por Requião, os governistas devem aprovar o nome de Teresa Grossi para não constranger o presidente Fernando Henrique Cardoso. Requião dis-

se que acredita que tal não ocorrerá porque "o Senado tem vergonha na cara". Além disso, lembrou, a CPI dos Bancos pediu o indiciamento de Teresa Grossi em quatro artigos do Código Penal, "todos aprovados em Plenário em votação unânime":

— Como pode agora o presidente da República humilhar o Senado Federal, mandando, aos 81 senadores que fizeram a denúncia, o nome da senhora Teresa Grossi para a aprovação? — questionou.

Para Requião, caso a base do governo aprove esta indicação, estará cometendo o ato da desmoralização do Senado. Ele criticou o presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), por

ter convocado Teresa para dar explicações. Para ele, as explicações que ela deveria dar já foram realizadas na CPI.

Em seu discurso, o senador Roberto Requião comentou outro fato: de que, apesar da imprensa em geral dar destaque ao envolvimento da polícia paranaense no narcotráfico, a revista *Veja* "não deu sequer uma mísera linha sobre o assunto" e, ao contrário, produziu texto com o título de "Swat brasileira", elogiando a polícia paranaense. O senador estranhou que na mesma edição a revista publique dois anúncios coloridos de página dupla do governo do Paraná. Requião apontou que, nos últimos quatro anos da gestão do governador Jaime Lerner, foram gastos R\$ 500 milhões em propaganda.



Requião também destacou gastos do governo do Paraná com propaganda

## Suplicy: funcionária responde a processos



Suplicy solicitou a transcrição nos Anais do Senado das duas ações judiciais contra economista

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou ontem que o líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF), deu informações incorretas ao Senado a respeito da funcionária do Banco Central, Teresa Grossi, indicada para ocupar a Diretoria de Fiscalização da instituição. Segundo Suplicy, Teresa responde a dois processos judiciais.

Os processos, movidos por procuradores do Ministério Público Federal junto à 4ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, solicitam o indiciamento de vários funcionários do Banco Central em ação de improbidade administrativa devido à operação de socorro aos bancos Marka e FonteCindam por ocasião da mudança cambial que resultou na desvalorização do real frente ao dólar, operada no início do ano passado. O senador solicitou a trans-

crição integral das duas ações judiciais nos Anais do Senado:

— A Agência Brasileira de Informações não serve para nada? A Secretaria de Assuntos Estratégicos não informa o presidente dessas coisas? O Senado vai fingir que essas ações não existem? — perguntou o senador, que também considerou "um absurdo" que o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, "não esteja sendo firme nessa questão".

Inicialmente o senador afirmou que tentaria entregar pessoalmente as duas ações ao presidente da República, que compareceu no Congresso para participar da solenidade de entrega do Prêmio Luís Eduardo Magalhães. Depois, em outra intervenção, afirmou ter decidido protocolar os documentos na Presidência da República. As ações jus-

## Arruda: diretora não participou da decisão

O líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF), disse ontem que nada foi apurado contra Teresa Grossi — funcionária do Banco Central indicada para a Diretoria de Fiscalização da instituição — no caso Marka/FonteCindam. Ele lembrou que o relatório final da CPI do Sistema Financeiro pediu o indiciamento de várias pessoas, solicitando que, no caso de Teresa Grossi e outros, o Ministério Público desse continuidade às investigações. Na quarta-feira (dia 15), Arruda defendeu a indicação de Teresa para a diretoria do BC.

Arruda manifestou-se em resposta a pronunciamentos dos senado-

res Roberto Requião (PMDB-PR) e Eduardo Suplicy (PT-SP), e assegurou que os argumentos alinhados por eles serão encaminhados ao Ministério da Fazenda.

Segundo Arruda, no depoimento que Teresa prestou à CPI teria ficado claro que ela não participou da decisão da diretoria do Banco Central de socorrer os bancos Marka e FonteCindam, profundamente atingidos pela desvalorização cambial. Tomada a decisão, disse o senador, "Teresa Grossi e todos os demais funcionários cumpriram sua missão profissional dentro do que fora determinado pela diretoria do Banco Central".

Arruda lembrou que a funcio-

nária declarou isso em seu depoimento à CPI, "elogiado inclusive pela oposição, por sua firmeza e clareza".

O líder do governo reiterou que Teresa não pode ser previamente condenada e que é uma incorreção afirmar que a CPI teria pedido seu indiciamento. "Não pediu, nem podia fazê-lo", insistiu. Conforme Arruda, o governo já demonstrou de forma contundente seu apreço "pelo trabalho eficiente, profundo e sério da CPI" ao demitir Luís Carlos Alvarez imediatamente após "observações impróprias" que fez contra os integrantes da CPI do Sistema Financeiro.



Segundo Arruda, nada foi apurado contra Teresa Grossi pela CPI dos Bancos

## Napoleão resalta papel de Sarney na democratização

O senador Hugo Napoleão (PFL-PI) ressaltou ontem o papel de consolidador da democracia que o presidente José Sarney desempenhou durante seu governo. "Há 15 anos ele iniciava sua gestão e, com sua permanente sensatez, soube aplainar as dificuldades que a democracia recém-instituída no Brasil precisou enfrentar", lembrou.



Hugo Napoleão

Para Napoleão, a iniciativa de Sarney de criar o Mercosul lançou as bases do desenvolvimento e da integração de uma região antes marcada por conflitos de fronteiras. O senador enfatizou, ainda, que José Sarney conseguiu passar a faixa presidencial para o presidente eleito, Fernando Collor, em absoluta paz e tranquilidade, lembrando os dias de Juscelino Kubitschek. "Sem dúvida, ele foi e permanece sendo um grande estadista brasileiro", concluiu.

## Maldaner: Joinville terá escola do Balé Bolshoi

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) registrou a inauguração, hoje, da Escola de Balé do Teatro Bolshoi em Joinville (SC), com a presença do corpo de baile da famosa companhia russa. O senador saudou a prefeitura e a população do município pelo fato de Joinville ter sido selecionada, ao lado de outras três cidades no mundo, para sediar uma extensão da escola do Ballet Bolshoi.

Casildo Maldaner informou que na própria Rússia a vinda do Bolshoi para o Brasil foi recebida com satisfação. Ele disse que o jornal *Izvestia* noticiou, sob o título "Vão cruzar o samba brasileiro com o quebra-nozes russo", que com o convênio não somente os brasileiros terão a chance de aprender dança clássica, mas os russos também poderão ter contato com uma das culturas de dança popular mais ricas do mundo, a brasileira.

De acordo com o convênio, informou o senador, as crianças aprovadas na seleção da escola passarão oito anos estudando dança, seguindo os mesmos métodos de ensino de Moscou.



Casildo Maldaner

## TV Senado estréia programa sobre Brasília

Mostrar Brasília de um novo ângulo, em que a política assume um papel coadjuvante, para provar que existe vida na capital fora do Congresso, da Esplanada dos Ministérios e das rodas do debate político. É com esta idéia que a TV Senado apresenta o programa *Revista Brasília*, que estréia amanhã, às 17h.

Com uma hora de duração, o programa vai tratar de música, lazer, arte e saúde, apresentar reportagens e entrevistas com pioneiros e candangos e com gente famosa que visita Brasília.

Nesta primeira edição, o artista plás-



tico e pioneiro Athon Bulcão fala de sua parceria com o arquiteto Oscar Niemeyer e relembra a história da nova capital. O programa mostra ainda a trajetória da banda de rock Capital Inicial e apresenta um novo espaço gastronômico que está funcionando na cidade: o Nação Pernambuco, ponto de encontro para quem tem saudades do Nordeste.

O programa *Revista Brasília* irá ao ar todos os sábados, às 17h, com representação aos domingos, no mesmo horário. O programa é apresentado por Natália de Oliveira, Aline Maccari e André Luis Rego.

# Subcomissão avalia propostas para o cinema brasileiro

Audiência pública com a presença de profissionais exibiu fragilidades e apontou rumos para enfrentar os desafios, segundo o senador José Fogaça

A audiência pública da Subcomissão do Cinema realizada ontem teve o mérito de exibir as fragilidades do audiovisual brasileiro, como as dificuldades para captação de recursos e a competição com o cinema norte-americano. A avaliação foi feita pelo presidente da subcomissão, senador José Fogaça (PMDB-RS), que também considerou positiva a apresentação de propostas para enfrentar esses desafios, como a criação de um fundo de capitalização para as empresas do setor.

Fogaça se referia aos depoimentos do diretor de cinema Luiz Villaça; da diretora do Festival de Cinema do Rio de Janeiro, Walkíria Barbosa; do diretor da TV PUC/SP, Gabriel Priolli, e do coordenador do Festival de Gramado, Esdras Rubim, que debateram com os membros da subcomissão por cerca de quatro horas.

O senador Roberto Saturnino (PSBR) questionou sobre a possibilidade de se conseguir, através de uma mudança na legislação vigente, obrigar a televisão brasileira a exibir filmes nacionais, como fazem as emissoras norte-americanas e européias com suas produções audiovisuais. O senador afirmou que a mídia, atualmente, é um poder mais forte que o Parlamento e o Executivo. "Proponho que se procure uma estratégia capaz de fazer com que a televisão se interesse pelo cinema brasileiro, porque ninguém vai conseguir obrigá-la a fazer o que não quer", acrescentou.



Criação de fundo de capitalização das empresas foi uma das propostas apresentadas na audiência pública da Subcomissão do Cinema

Saturnino também considerou problemática a possibilidade de os bancos particulares se interessarem por financiar projetos audiovisuais. Para ele, os realizadores brasileiros, com poucas exceções, não têm condições de oferecer as garantias que aquelas instituições exigem em operações de empréstimos. Por isso, Saturnino defendeu a criação de mecanismos capazes de financiar empresas de audiovisual e não projetos isolados.

O senador Geraldo Lessa (PSDB-AL), que foi indicado por seu partido para substituir Álvaro Dias (PSDB-PR) na subcomissão, enfatizou a importância da conexão do cinema com o turismo. Segundo ele, com essa associação será possível, inclusive, contribuir para o equilíbrio do balanço

de pagamentos, a curto prazo.

A utilização dos ginásios de esporte como espaço para a exibição de filmes voltou a ser defendida pelo senador Gerson Camata (PMDB-ES). Com a redução do número de salas de exibição, ele propõe que as prefeituras providenciem a instalação de uma tela e de um projetor nesses ginásios, construídos em quase todas as cidades do interior, para que a população possa assistir a filmes nacionais gratuitamente.

O relator da Subcomissão do Cinema, senador Francelino Pereira (PFL-MG), comemorou o desdobramento dos trabalhos, que entraram em sua segunda etapa, garantindo que "hoje ninguém dissocia a solução dos problemas do cinema brasileiro do Senado Federal".

## PROGRAMAÇÃO



### TV SENADO HOJE

1h — *Debate*: Senador Lúcio Alcântara fala sobre os medicamentos genéricos  
1h55 — *Senado em Pauta*  
2h — *Unip*: Meningite  
2h25 — *Senado em Pauta*  
2h — *Jornal do Senado*  
2h55 — *Senado em Pauta*  
3h — *Cores do Brasil*: Alagoas  
3h30 — *Entrevista*: Senadora Marina Silva fala sobre o Projeto Florestina  
3h55 — *Senado em Pauta*  
4h — *Jornal do Senado*  
4h25 — *Senado em Pauta*  
4h30 — *Unip*: Meningite  
4h55 — *Senado em Pauta*  
5h — *TV Escola* — Paisagens Brasileiras: Olinda  
5h30 — *Cores do Brasil*: Bahia Turismo  
5h55 — *Senado em Pauta*  
6h — *Unip*: Meningite  
6h30 — *Cidadania*: Saúde mental no Brasil  
7h25 — *Senado em Pauta*  
7h30 — *Entrevista*: Senadora Marina Silva fala sobre o Projeto Florestina  
7h55 — *Senado em Pauta*  
8h — *Jornal do Senado*  
8h25 — *Senado em Pauta*  
8h30 — *TV Escola* — Paisagens Brasileiras: Olinda  
8h55 — *Senado em Pauta*

Logo após — Reunião conjunta das comissões de Assuntos Econômicos e de Serviços de Infra-Estrutura  
14h30 — Sessão Plenária (reapresentação)  
18h30 — *Entrevista*: Senador Geraldo Lessa fala sobre a poluição ambiental  
19h30 — *Debate*: Senadores Eduardo Suplicy e Roberto Requião falam sobre os precatórios  
20h30 — *Entrevista*: Senadora Marina Silva fala sobre o Projeto Florestina  
21h — *Jornal do Senado*  
21h30 — *Consulta Marcada*: Tereóide  
22h30 — *Teatro Arthur Azevedo*: Jane Duboc  
23h30 — *Síntese*: Educação

### RÁDIO SENADO HOJE

8h — *Agenda Senado*  
Em seguida — Música e informação  
9h — Sessão Plenária do Senado (ao vivo)  
Em seguida — Música e informação  
14h30 — Sessão Plenária do Senado (reprise)  
Em seguida — Música e informação  
19h — *A Voz do Brasil*  
Em seguida — Música e informação  
20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste  
Em seguida — Música e informação  
21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste. Em seguida — Música e informação  
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste. Em seguida — Música e informação

ESTA PROGRAMAÇÃO ESTÁ SUJEITA A ALTERAÇÃO EM FUNÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO



## COMO SINTONIZAR

### TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 Hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Aúdio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

### RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

- Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
  - Receptor ABR 200, ComStream
  - LBN DRO ComStream
  - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

## Presença estrangeira preocupa profissionais

O diretor da TV PUC/SP, Gabriel Priolli, alertou ontem os integrantes da Subcomissão do Cinema Brasileiro para o fato de que a proposta de emenda à Constituição (PEC) que permite a participação do capital estrangeiro no setor de comunicações no Brasil não está sendo suficientemente discutida pelo Congresso. A PEC estabelece que poderá ser de até 30% a participação estrangeira na mídia eletrônica brasileira.

— Ela está tramitando discretamente — afirmou.

Priolli disse que não é contra a participação de recursos externos nas comunicações, mas observou que, se a regulamentação dessa medida não for feita com cuidado, o espaço para o audiovisual nacional, que já é pequeno, ficará ainda mais reduzido.

O diretor de cinema Luiz Villaça lembrou que, para conseguir realizar seu filme *Por trás do pano*, procurou mais de 400 empresas. Disse que conseguiu levantar R\$ 1,6 milhão com a ajuda da atriz Denise Fraga. Villaça afirmou que



Priolli: cuidado com abertura a estrangeiros



Villaça: é preciso criar mecanismos de fiscalização



Walkíria: linhas de financiamento especiais



Esdras Rubim: incentivo aos festivais

uma das principais falhas da Lei do Audiovisual é que "do jeito que está, a escolha dos projetos fica a critério dos diretores de *marketing* das empresas".

— Além disso, ninguém da área ignora que, muitas vezes, o produtor acaba aceitando fazer "acertos". A empresa diz que deu mil, mas fica com a metade e ele tem que aceitar, porque está com a corda no pescoço. Precisamos criar mecanismos de fiscalização — advertiu.

Para Walkíria Barbosa, coordenadora do Fest Rio, não são os norte-americanos, com sua política agressiva de ocupar todos os espaços, os culpados pela fragilidade do audiovisual no Brasil. "Os culpados somos nós", afirmou. Ela en-

tende que falta no Brasil a convergência da sociedade civil, da iniciativa privada e do Estado para fortalecer o setor. Walkíria defende um tratamento para o audiovisual similar ao que é dado a vários segmentos da indústria, inclusive com linhas de financiamento especiais.

O coordenador do Festival de Gramado, Esdras Rubim, apontou as vantagens de um festival que reúne produções ibero-americanas, a exemplo daquele que coordena. Ele também defendeu a idéia de que a organização dos festivais possa ser beneficiada com a captação de recursos, a exemplo do que já ocorre com a produção de filmes.

# Álvaro defende responsabilidade fiscal

Senador atribui à desordem nas finanças públicas boa parte dos problemas econômicos e sociais da população e pede ao Senado que aprove logo projeto que institui rigor na administração

A outra face da estabilidade monetária é o rigoroso controle do endividamento público, disse ontem o senador Álvaro Dias (PSDB-PR), ao defender a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal pelo Senado. Já votado pela Câmara, o projeto está sendo apreciado pelas comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE). Álvaro Dias foi o relator da matéria na CCJ e Jefferson Péres (PDT-AM) emitirá parecer pela CAE.

A Lei de Responsabilidade Fiscal, resumiu Álvaro Dias, estabelece normas de finanças públicas para consolidar a responsabilidade da gestão fiscal por parte da União, estados e municípios; introduz novos conceitos, como o de responsabilidade e transparência; fixa limites e regras para as principais variáveis da administração das finanças públicas, particularmente mais rigorosos para final de mandatos executivos;

cria mecanismos para cumprimento dos objetivos e metas, prevenção de riscos e correção de desvios que possam afetar o equilíbrio das contas públicas, e, para os casos de desobediência às regras fixadas, estabelece a penalização dos responsáveis.

Entre os principais objetivos da proposta, Álvaro Dias salientou que a Lei de Responsabilidade Fiscal visa assegurar um ajuste estrutural e permanente das contas públicas, a prevenção de déficits imoderados e reiterados, a limitação da dívida pública a níveis prudentes e compatíveis com as receitas e o patrimônio públicos, a ado-



Álvaro observa que a proposta em exame no Senado acaba também com guerra fiscal

ção de política tributária estável e a transparência na elaboração de documentos orçamentários e contábeis. Os objetivos, na opinião do senador, asseguram o necessário equilíbrio entre as aspirações sociais e os recursos que a sociedade coloca à disposição do governo. Para o senador, boa parte dos problemas econômicos e sociais do país pode ser tributada ao

endividamento público, que tem levado "a população a sacrifícios sem precedentes".

Importante aspecto da proposta, registrou o senador, é que ela representará o fim da guerra fiscal, "esta batalha

estúpida entre estados que lutam desesperadamente por investimentos, fazendo concessões até irresponsáveis para obterem meia dúzia de empregos".

Álvaro Dias disse que, com a aprovação do projeto, serão punidos abusos como os cometidos pelo atual governo do Paraná, que pretendeu resolver problemas de caixa captando recursos de transferências oriundas de entidades controladas pelo estado. Para contribuir com o ajuste fiscal dos municípios, Álvaro Dias considera que o Executivo federal deve discutir com essas unidades federadas um programa de saneamento financeiro, a exemplo do que já fez com os estados e as prefeituras das capitais.

Em aparte, o senador Carlos Wilson (PPS-PE) defendeu a aprovação da proposta o mais rápido possível, para que tradicionais abusos cometidos em anos de campanha eleitoral sejam pelo menos inibidos.

## Tuma alerta para perigos do dinheiro de plástico

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) alertou, ontem, para os perigos que cercam a adoção pelo Banco Central da moeda de plástico. O artigo 289 do Código Penal, recordou, prevê penas de multa e detenção para quem falsifica dinheiro de papel ou de metal, mas nada fala sobre dinheiro de plástico. "Há implicações que ninguém está percebendo", observou.

Tuma aproveitou o pronunciamento para comentar o 15º aniversário da Nova República. "Ninguém pode esquecer que o presidente José Sarney foi o responsável pela consolidação da democracia no Brasil, fato que serviu de exemplo para boa parte dos demais países da América Latina. Sarney foi um obreiro importante nessa empreitada e hoje o continente inteiro desfruta de liberdade", concluiu.



Tuma também prestou sua homenagem à Nova República

## Marina Silva denuncia violência contra índios



Marina culpa fazendeiros pelas violências contra índios

A senadora Marina Silva (PT-AC) protestou contra a difícil situação em que se encontram as comunidades indígenas em Roraima. "Violência contra grupos de religiosos, índios e intimidação de técnicos e

cientistas da Funai forçados a deixar o estado para garantir sua integridade física, tudo isso acontece com frequência", denunciou.

Segundo Marina, o aparato criado contra os índios em Roraima é formado por grupos armados de fazendeiros não índios, que promovem emboscadas com o apoio e a conivência da polícia estadual e de vários setores organizados da sociedade civil do estado.

A senadora pelo Acre afirmou que o Prêmio Nacional de Direitos Humanos que homenageou ontem, no Auditório Nereu Ramos, da Câmara, a comunidade de Pataxó Hã-Hã-Hãe, na figura do cacique Gerson de Souza Melo, representa um gesto simbólico de solidariedade a um povo, por sua resistência na afirmação de seus direitos fundamentais ao longo dos últimos 500 anos de história do Brasil.

## Wilson quer prefeituras engajadas contra desemprego

O senador Carlos Wilson (PPS-PE) defendeu ontem o engajamento dos governos municipais na luta contra o desemprego, frisando que é necessário encarar o problema não como de natureza federal ou estadual. De acordo com Wilson, este tipo de raciocínio, apesar de se valer de informações verdadeiras, vem eximindo os executivos municipais de sua responsabilidade.

Mesmo sem isentar o governo federal nesta questão, já que sua política de juros altos, na opinião do senador, tem sido umas das principais causas do desemprego, Carlos Wilson disse que o sucesso de algumas prefeituras na redução do desemprego, como é o caso do Rio de Janeiro, "vem desmentir ati-



Carlos Wilson lembrou que prefeituras são responsáveis por infra-estrutura que gera empregos

tudes de cegueira administrativa". Carlos Wilson apontou o caso da prefeitura do Recife como exemplo a não ser seguido, já que reduziu os recursos do or-

çamento municipal destinados ao combate ao desemprego.

Entre as medidas que poderiam ser adotadas pelos municípios, observou Carlos Wilson, está a qualificação profissional, a criação de fundos de aval para apoiar atividades de geração de empregos e o direcionamento da política de compras para a produção local. "Serviços como o de coleta de lixo e limpeza e conservação de vias públicas poderiam empregar muito mais pessoas, em detrimento do uso intensivo de maquinários", completou.

Em aparte, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) disse que a dicotomia entre responsabilidades do governo federal e municipal tem criado graves problemas. Para o senador, o governante municipal é o responsável direto pela infra-estrutura que possibilita a implantação de empresas e a geração de empregos.

## Jucá registra homenagem ao ex-governador Hélio Campos

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) comunicou ao Plenário a aprovação pela Comissão de Educação, em caráter terminativo, de projeto de sua autoria denominando Rodovia Governador Hélio Campos o trecho da BR-174 compreendido entre o marco BV-8 e a divisa dos estados do Amazonas e Roraima. O projeto foi aprovado na semana passada, por unanimidade. Para Jucá, esta é a melhor forma de manter viva "a memória de um nome que Roraima deve reverenciar com gratidão e saudade".

Hélio Campos, lembrou Romero

Jucá, exerceu por duas vezes o cargo de governador do território de Roraima, quando implantou as bases para sua transformação em estado, além de ter criado a Companhia de Água e Esgoto, a Companhia de Eletricidade e o Banco de Roraima. Depois de ser deputado federal por duas vezes, eleito senador em 1991, Hélio Campos faleceu no início do seu mandato.

— Por tudo o que fez por Roraima, em todos os cargos exercidos com dignidade e honradez, Hélio Campos faz por merecer honraria maior que um



Jucá lembrou que projeto foi aprovado por unanimidade pela Comissão de Educação

busto no jardim, um nome de praça ou uma placa de rua. Tal foi a largueza dos serviços prestados à terra que amou como poucos, que tão-somente uma rodovia com seu nome, cortando todo o território roraimense, teria significado correspondente à grandeza da sua vida e da sua obra — justificou Jucá.

## Cabral destaca participação do AM na festa dos 500 anos

No dia 8 de abril, dois pilotos do Aeroclube do Amazonas realizam "um verdadeiro vôo da imaginação" de Manaus a Porto Seguro num monomotor, registrou ontem o senador Bernardo Cabral (PFL-AM). O vôo, informou, é uma das participações do Amazonas nas comemorações dos 500 anos do descobri-

mento.

O projeto foi elaborado pelos próprios pilotos, o cardiologista Luiz Mário de Oliveira Peixoto e o empresário de seguros Mário da Silva Menezes.

— A aeronave vai voar 42 horas de Manaus até Porto Seguro, ida e volta, perfazendo 9.100 quilômetros sobre a selva amazônica, as praias, os cerrados e as caatingas do Nordeste — disse o senador.



Cabral: pilotos percorrerão 9.100 quilômetros